

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A empresa têxtil Melo Santos Confeções, com sede na freguesia de Boim, concelho de Lousada, anunciou que iria encerrar e despedir os trinta e cinco trabalhadores. O motivo do despedimento é a alegada falta de encomendas.

Segundo informações recebidas pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda e divulgadas na imprensa local, a empresa não irá pagar os salários de março e abril aos trabalhadores, existem também relatos que esta empresa tem dívidas à segurança social.

O Bloco de Esquerda está solidário com estes trabalhadores e trabalhadoras e considera inaceitável a forma como esta empresa encerrou as instalações sem aviso prévio. É imperioso garantir que as contribuições para a Segurança Social e Finanças destes trabalhadores e trabalhadoras são pagas, sobretudo neste contexto de especial fragilidade e insegurança. Por outro lado, é necessário garantir que os seus direitos são assegurados, nomeadamente no que respeita ao pagamento de eventuais salários em atraso e ao acesso imediato ao subsídio de desemprego.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança social, as seguintes perguntas:

1. Tem o Ministério conhecimento desta situação?
2. Está a tutela disponível para analisar com a empresa, no quadro dos apoios extraordinários às empresas concedidos no contexto da pandemia, uma solução que permita a viabilização da empresa e a manutenção dos postos de trabalho?
3. Foram realizadas ações inspetivas por parte da ACT? Quais foram os resultados das ações inspetivas?
4. Que medidas pretende o Governo adotar com carácter de urgência para que rapidamente estes trabalhadores tenham acesso ao subsídio de desemprego ou outras medidas de proteção social consentâneas com a situação descrita?

5. Tem conhecimento da existência de dívidas por parte da empresa à Segurança Social e/ou à Administração Tributária?

Palácio de São Bento, 14 de maio de 2020

Deputado(a)s

ISABEL PIRES(BE)

JOSÉ MOURA SOEIRO(BE)